

HABEAS CORPUS Nº 493.611 - MG (2019/0043910-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : TIAGO LEARDINI BELLUCCI
ADVOGADO : TIAGO LEARDINI BELLUCCI - SP0333564
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARCELO AFFONSO DE MELO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCELO AFFONSO DE MELO contra decisão do Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que indeferiu o pleito liminar em *mandamus* originário (HC n. 1.0000.19.011093-2/000).

Consta dos autos que o magistrado singular recebeu denúncia contra o paciente como incurso no art. 29 do Código Penal, no art. 89, parágrafo único (por duas vezes), no art. 92, parágrafo único (por duas vezes), art. 96, incisos I, II, III e V (por duas vezes), todos da Lei 8.666/93.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, na Corte estadual. O Tribunal de origem, contudo, indeferiu a liminar (e-STJ fls. 10/12).

Nesta impetração, a defesa alega ausência de motivação na decisão que recebeu a denúncia, sob a alegação de que estaria padronizada, sem ter analisado sequer as preliminares apresentadas e se mostrando evasiva, ao descrever que as alegações apresentadas não são suficientes para uma absolvição sumária.

Com isso, requer, em liminar e no mérito, a anulação da decisão que recebeu a exordial.

É o relatório. **Decido.**

Consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça, não se admite *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no verbete sumular n. 691/STF: *Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*, aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça, v.g: HC 117.440/PE, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJ de 21/06/2010; HC 142.822/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 07/12/2009; HC 134.390/MG, Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJ de 31/08/2009).

Efetivamente, entendo que a decisão impugnada não apresenta ilegalidade manifesta que enseje uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do enunciado sumular do Supremo Tribunal Federal, devendo a impetrante aguardar a análise do mérito pela Corte de origem.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator